

JUVENTUDE EM AÇÃO: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE JOVENS EM UMA FAVELA DE BELO HORIZONTE

Geíse Pinheiro Pinto-Núcleo de Psicologia Política-UFMG

Vivane Martins Cunha - Núcleo de Psicologia Política -UFMG

Claudia Mayorga - Núcleo de Psicologia Política -UFMG

Email: vivanepsicologia@yahoo.com.br

Introdução

Partindo de uma interrogação acerca das formas de construção das identidades sócio-políticas juvenis nas sociedades contemporâneas, esse texto se propõe apresentar algumas reflexões realizadas a partir de um projeto de extensão intitulado “*Adolescente, quem é você? A construção da identidade dos adolescentes do Aglomerado da Serra*”¹, durante o período de 2005 à 2008 sobre participação social e política de dois grupos de jovens dessa localidade, a saber, um grupo de jovens evangélicos e um grupo de jovens do Hip Hop. A nossa reflexão fundamenta-se no referencial teórico da Psicologia Social Comunitária, sendo que considerar os lugares de pertença social, bem como, as práticas cotidianas dos grupos pesquisados fazem parte da produção psicossocial dos sujeitos, com vistas a romper com as naturalizações das relações de subalternidade (Monteiro, 2004). Assim, a Psicologia Social Comunitária visa colaborar para a construção de espaços relacionais que articulam os sujeitos a territórios físicos, simbólicos e a uma temporalidade (Sawaia, 2003).

Nesse sentido, ao refletirmos sobre as relações de poder envolvidas nas participações sociais e políticas de jovens de periferia devemos considerar uma análise psicossocial das consideradas novas formas de participação da juventude tais como movimentos culturais, religião, esporte, entre outros, identificando as dinâmicas internas e externas presentes nesses contextos de participação. Assim, torna-se importante entendermos os processos pelos quais surgem e se demarcam as identidades em função de tal participação analisando tanto as condições estruturais, como, também, as dinâmicas de constituição e/ou emergência desses atores sociais (Prado, 2002, Mouffe, 1996).

Desse modo, temos como objetivo buscar compreender as formas e sentidos da participação sócio-política para os jovens desses grupos e, também, as formas de enfrentamento produzido pelos mesmos diante das hierarquias e desigualdades sociais e se tais ações produzem antagonismos, conhecer quais atores estão envolvidos nesses processos e se desenham algum projeto coletivo.

Juventude e Participação

¹ Projeto de extensão e pesquisa realizado desde o ano de 2005 no Aglomerado da Serra conjuntamente com o grupo de referencia local, composto por moradores, lideranças desta comunidade e, que teve como objetivo.

As concepções que retratam a juventude ao longo da história dizem respeito ao não reconhecimento dos jovens enquanto atores sociais. Pensar a juventude como uma categoria universal sem considerar a pluralidade nas formas de ser jovem e analisá-la através de uma visão adultocêntrica e maniqueísta, ou seja, comparando *a juventude perigo* de hoje versus a *juventude centrada* de ontem e a *juventude esperança* de amanhã, impossibilita compreender as formas de participação social e política juvenil na contemporaneidade (Castro, 2002).

Estudos (Borelli et al, 2008; Abramo, 1997) mostram como as gerações das décadas de 60 e 70 são vinculadas à figura do estudante universitário e passa a ser idealizada em relação a suas atitudes e posições contestadora e participativa quanto comparada com a juventude da década de 80 até a atual. Essas são concebidas como alienadas e consumistas. Nas décadas entre 1990 a 2000 tem-se uma visão de reconhecimento da pluralidade juvenil e a idéia de valorização do protagonismo dos jovens. Contudo, identifica-se, também, uma concepção de juventude problema, especialmente em relação aos jovens pobres.

Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo. (Abramo, 1997:31).

Aqui cabe questionarmos sobre o porquê desta crescente preocupação com os jovens de periferia? O que está em jogo quando se aumenta consideravelmente a produção e preocupação sobre juventudes de uma determinada classe social, inclusive, no poder público gerando várias políticas públicas para este grupo social? O que isso representa em termos de pensarmos a organização das relações sociais no Brasil?

É fato que as pessoas moradoras de periferias das grandes cidades, inclusive os jovens, são marcadas por formas de existência onde há uma escassez de acesso a bens econômicos e sociais, como por exemplo: desemprego, trabalho informal, baixa escolaridade, forte presença do tráfico de drogas e da violência e, ainda marcado por baixa acessibilidade a bens culturais, de lazer e de saúde. Mas, também, organizam-se em ações comunitárias com fins de resolver e enfrentar os problemas cotidianos, embora, existam formas de participação nas periferias de caráter transformador, devemos levar em conta que especialmente, os jovens desse contexto encontram-se em condições precárias (Mayorga, Nascimento & Batista, 2005). Segundo Ferreira (2000) as dimensões envolvidas nos espaços de precariedades podem ser analisadas a partir de três aspectos, sendo um deles os pertencimentos a categorias de sexo, raça e classe social, dentre outras que podem determinar situações que tem sido chamadas de *vulnerabilidade social*. O terceiro ponto refere-se os mecanismos com os quais a sociedade atua transformando essas diferenças em formas hierarquizadas e subalternas de inserção social.

Dessa forma, ao estudar sobre participação dos jovens, é fundamental problematizar o que se concebe como ação *de e para* a juventude, considerando o papel das políticas públicas na promoção da cidadania, mas apontando também para seus limites. Quais concepções de juventude estão orientando as políticas públicas e em que medida tais concepções permitem ou não o desenvolvimento da cidadania desses jovens? Ou como os jovens participam ou *podem* participar na sociedade? Ou como a idéia de juventude perigosa marca políticas e ações de controle da juventude pobre da

periferia? Afinal, segundo Carrano & Leão (2005) a produção acadêmica sobre a juventude baseou-se muito em torno das concepções de rebeldia e delinquência, nos quais as ações, atitudes e valores juvenis eram vistos como um desvio a norma social.

Estudos (Castro, 2007; Castro & Correa, 2005; Abramo & Branco, 2005; Gomes & Dayrell, s.a; Novaes, 2005; Ibase-Polis, 2005; Rodriguez et al, 2004) indicam como os jovens vêm redesenhando outras formas de participação que se inserem nos espaços públicos e de como esse fato contradiz as concepções sobre a apatia e alienação política juvenil. Esses mesmos estudos apontam a participação dos jovens via espaço cultural e religioso e apontam em seus estudos e pesquisas a importância de pensar a participação nesses outros espaços sociais e não apenas nos espaços tradicionais (partidos políticos, movimentos estudantis), pois assim teremos mais elementos para compreender as juventudes através de suas ações, indicando possíveis caminhos em direção a participação sócio-política. Assim, compreender as dimensões envolvidas em tais participações juvenis faz-se importante, pois, muitas ações de mobilizações que tencionam o público e o privado ficam invisibilizadas diante de formas prescritas e aceitas de cidadania social e política (Tejerina, 2005).

Fernandes (2007) ao debater sobre a relação entre participação religiosa e juventude traz para a discussão a possibilidade da vivência religiosa se constituir enquanto uma *religião aplicada* no sentido de buscar resoluções para problemas produzidos em outros campos sociais sem terem tido no contexto de origem soluções vislumbradas. Segundo Fernandes (2007) “*Pode ser que a religião reinaugure a política e o engajamento juvenil colocando em novas bases sobre as quais nossas análises estão apenas engatinhando*” (pp. 160). Pensando a participação de jovens em grupos culturais, Matsunaga (2004) afirma que o Hip-Hop tem permitido aos jovens de periferia um reconhecimento social, possibilitando outro caminho possível que não o da violência e das drogas e, assim, permite aos jovens questionar e publicizar as condições vivenciadas e os lugares sociais de pertença o que pode levar a emergência de atores sociais.

Nessa direção, movidos pelas discussões teóricas sobre a participação da juventude e a partir das nossas inserções em grupos de jovens, envolvidos em contexto de participação religiosa e cultural, levantamos algumas indagações suscitadas no momento de refletirmos sobre a participação sócio-política nos grupos de jovens aqui apresentados: Como os jovens moradores de favela, dialogam com outros grupos sociais com os quais convivem em seu cotidiano? Como eles confrontam esse diálogo a partir das diversas vozes emergentes? Quais os sentidos produzidos para as suas formas de participação social e o que os leva a continuarem participando?

Assim, defendemos aqui a necessidade de, ao estudarmos sobre juventude considerá-la como uma categoria analítica. Contudo, é importante ressaltar os atravessamentos de outras categorias na construção de identidades juvenis e como elas se entrecruzam estigmatizando, principalmente, determinados grupos (jovens negras, jovens negros moradores de periferia, etc) e limitando ou não as possibilidades de uma participação efetiva. Por entender que ao discutir sobre esse grupo social estaríamos falando de atores sociais diversos e plurais, rompendo, assim, com simplificações de um contexto tão diverso sobre os sentidos diferenciados e vivências heterogêneas dos jovens em diversos grupos socioeconômicos e culturais.

O projeto de pesquisa *A Participação Social Juvenil: subjetividade, cultura, política e direitos*² pontua elementos importantes para a análise dessas novas formas de participação juvenil que devem ser levados em conta ao estudar tal fenômeno. Assim,

² Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq 02-2009 e que envolve quatro Instituições Universitárias Federais do Brasil: UFRJ, UFMG, UFPE e UFSC.

buscamos análises das formas de participação sócio-política da juventude: avançar na noção de política que se institucionalizou a partir dos mecanismos de modernização no ocidente e conseqüentemente romper com a dicotomia entre público e privado colocado por tal perspectiva, bem como, compreender acerca das implicações de tal cisão para a constituição de projetos coletivos, mobilizações sociais e, finalmente, buscamos identificar a possibilidade da emergência de novos atores e demandas sociais que geram antagonismo na busca de uma ampliação do processo de democratização da sociedade. Dentro deste contexto, é que refletiremos sobre a participação juvenil, especificamente, a participação através da religião e de movimentos culturais.

Reflexões a partir da Inserção no Campo

Os dois grupos apresentados nesta reflexão são constituídos por jovens moradores do Aglomerado da Serra que realizavam seus encontros regularmente em sedes situadas dentro desta favela.

Os jovens do grupo religioso pertencem a uma denominação neopentecostal presente há mais de dez anos na comunidade. O grupo se organizava de forma hierarquizada, seguindo uma estrutura organizacional da própria instituição e, conforme o jovem fosse *provando a sua competência*, ia subindo na hierarquia da igreja podendo tornar-se um *jovem pastor*. Os jovens possuem a missão de evangelizar e trazer para a igreja outros jovens, principalmente do tráfico de drogas, pois conseguiriam uma maior aproximação destes últimos em virtudes da identificação pela idade e por serem amigos e conhecidos de infância dos garotos do tráfico. Em relação às motivações para a adesão religiosa os jovens trazem as vivências de acolhimento, respeito e solidariedade que encontram na igreja e, o apoio para resolverem os problemas enfrentados no cotidiano. Percebe-se, também, uma adesão motivada por melhoras concretas e efetivas no agora, muito mais do que em promessas de uma vida eterna e melhor após a morte.

O grupo de jovens do Hip Hop foi criado por uma jovem de 13 anos de idade, a princípio, com uma intencionalidade de ser um espaço para dançar, já que não existiam tais espaços na comunidade para este fim. A partir dessa atividade os jovens foram transformando aquele espaço para além da dança em um momento de compartilhar os problemas enfrentados e buscar soluções para as demandas levantadas. Nesse sentido, além dos ensaios, acontecem rodas de conversas a partir de temas emergidos do próprio grupo e organizações de fóruns para debate e discussões dos problemas identificados com outros atores sociais dentro e fora da favela.

O nosso diálogo e interação com os dois grupos foram permeados por tensões, assim, eles estabeleceram condições, mais ou menos explícitas para as nossas inserções. Na igreja teve a expectativa de que nos convertêssemos e, a partir do momento em que começamos a frequentar os cultos e outras atividades realizadas percebemos uma maior abertura e confiança em nosso trabalho o que nos possibilitou uma aproximação mais efetiva junto aos jovens. No Hip Hop ao aceitar participar da pesquisa estabeleceram critérios aos acadêmicos exigindo em contra partida que os mesmos dançassem durante os ensaios. Também, houve um conflito que pode ser nomeada como uma desconfiança da nossa inserção, assim, questionamentos do tipo, o que vocês estão fazendo aqui? O que vocês ganham com isso? - eram recorrentes.

A partir de nossa inserção nos grupos de jovens citados acima, observamos que nesses espaços de participação, muitas vezes, são reproduzidas hierarquias sobre os mesmos, o que nos levou a pensar como os processos de subordinação a que esses jovens estão colocados, dentro e fora dos seus espaços de participação, pode acarretar

para as formas de engajamento? E, em que isso implicaria nestas formas de participação juvenil? Questionamos, também, se essas participações possibilitam uma rede de significados e percepções acerca das relações hierárquicas para estes jovens na busca de novos horizontes de inserção social pautados em relações de equivalências e reciprocidade social. Como pensar a resistência desses jovens se os próprios grupos se apresentam como lugares de salvação para eles, seja pela via da cultura e, mais acentuado ainda, na religião? Essas não constituiriam muito mais em formas de ratificação do lugar naturalizado de delinquência dos jovens do que de resistência? E, nesse sentido em que medida a participação desses jovens seria uma participação política?

Observamos como os jovens dos dois grupos levantam bandeiras de luta as quais defendem como forma de buscarem uma relação de equivalências no cenário público. Assim, os dois grupos, embora coloquem suas inserções como um lugar de *salvação* para os jovens de periferia, por outro lado, vêem essa opção como outra possibilidade de ser jovem de periferia diferencialmente do que é naturalizado para este grupo, ou seja, *ser criminoso, delinquente*. No entanto, os jovens a partir de suas inserções e participações nomeiam, dão sentidos e buscam soluções diferenciadas para os problemas enfrentados em seus cotidianos.

No grupo de hip-hop existe uma tentativa de refletir e buscar soluções que não são individuais, mas uma compreensão e análise do contexto vivido, onde procuram tencionar suas demandas com outros atores sociais dentro e fora da favela, assim, sempre procuram organizar fóruns de debate entre esses agentes sociais. Embora, vejam a inserção no grupo como certa salvação para os jovens dali, não existe uma moralização e um maniqueísmo entre *o bom e o mal jovem*, mas a possibilidade de poderem encontrar um espaço onde suas vozes sejam amplificadas e façam sentido para eles e para aqueles com quem dialogam e disputam no espaço público.

Em relação a participação religiosa, percebemos como através desta vivência os jovens passam a definir o que é *do bem* e o que é *do mal*, os comportamentos passam a serem avaliados a partir deste código moral e, assim, observamos uma prescrição normativa dos comportamentos corretos a serem seguidos e buscados pelos jovens destes contextos religiosos. Dentro desta concepção moralizada de mundo, os jovens em tais contextos de participação compreendem os problemas vivenciados como uma questão de escolha individual, opção esta bastante marcada por valores morais.

Diante disso, então, percebemos a forma como os jovens dessa instituição religiosa evangélica se colocavam no lugar de retirar outros jovens do tráfico e levá-los para a igreja, ou seja, para o *caminho da salvação*, isso era visto como uma missão da igreja e o seu papel social dentro da favela onde se localizava tal de denominação religiosa.

Outro ponto a destacar em relação à participação destes dois grupos de jovens diz respeito as soluções vislumbradas para suas condições de jovens moradores de uma favela. No caso do grupo de Hip Hop delineia-se um projeto coletivo onde problemas são compartilhados e busca coletivas de soluções são discutidas com o grupo, tendo, inclusive, a intencionalidade de tornar pública tal condição dialogando com outros agentes sociais e/ou institucionais.

Em relação aos jovens evangélicos a participação possibilitou uma rede de significados e percepções acerca dos seus lugares de pertença, que redirecionam suas vidas buscando novos horizontes de inserção social. No entanto, isso ocorre dentro de uma perspectiva de esforço pessoal, o que pode comprometer a possibilidade de uma participação que de fato questione as estruturas das desigualdades sociais. No entanto, percebemos um movimento dos jovens da Igreja em começar a identificar e nomear

problemas compartilhados, ainda que, analisados como algo individual relacionado a interação com o pastor, com os pais, com uma escolha pessoal. Nessa perspectiva, é fundamental compreender como a participação religiosa de jovens vem articulando tanto a idéia de mobilidade, o que não colocaria em questão a legitimidade da ordem social vigente, quanto a idéia de mudança social que colocaria em xeque tal legitimidade e, que possibilitaria a percepção dos limites à mobilidade como empecilhos a todo um grupo social e, desse modo, poderia sustentar ações coletivas com vistas à mudança do sistema (Prado, 2002).

Identificamos que os jovens estudados têm buscado no espaço da cultura e da religião formas de resistir a posições naturalizadas de violência, drogas, desvio e delinqüência atribuídos a eles; delineiam visões e perspectivas, além de ações, mais ou menos explícitas acerca das hierarquias sociais.

Considerações Finais

Os jovens dos grupos apresentados neste texto indicam para o fato de que neste processo de participação, os enfrentamentos e a organização de vida cotidiana são reinventadas a partir de suas ações e implicações nestes contextos de inserção; assim, ora reproduzem determinados valores e hierarquias, mas, criam formas de superação das determinações que sobre eles recaem, produzindo através da articulação com seus pares e com outros parceiros a possibilidade de uma reciprocidade e ressonância de suas vozes no que concerne a organização e ações para as suas vidas cotidianas.

Dentro desta perspectiva, tanto o grupo de Hip Hop quanto o grupo de jovens evangélicos pode ser representado como uma das novas formas de sociabilidade e participação social dos jovens, pois através destas inserções os jovens criam a sua própria maneira de relacionar com os seus pares, a favela, a cidade e também como a sociedade mais ampla. Dentro do grupo vínculos são criados através da dança, da música, do canto, dos passeios, das apresentações e ensaios que os une primeiramente em torno da realização de tais atividades, contudo, estes laços são ampliados e estabelecidos com outros grupos que ultrapassa o grupo da dança ou da igreja que freqüentam. Os ensaios dos jovens e a organização dos eventos a serem realizados representam espaços de encontro, amizade, paquera, “zoação” e também de profissionalismo, sobretudo, ressaltado pelos líderes que cobram seriedade do grupo no ensaio e atenção nas montagens. Percebemos um local, principalmente no grupo de Hip Hop, de reflexão sobre o cotidiano tais como a família, amizade, bem como a favela, o tráfico, a relação com o asfalto, que pode propiciar que essas questões, tidas como do campo do privado, possam gerar eco através do compartilhamento dessas experiências e, com isso possibilitar a emergência de uma identidade coletiva interpelando as hierarquias estabelecidas e dadas como naturais. No grupo de Hip Hop já se esquematizam de forma mais contundente a construção dessa possibilidade, enquanto no grupo de jovens evangélicos se inicia um processo de compartilhar essas privacidades.

Para uma compreensão da participação sócio-política da juventude, bem como da desnaturalização das concepções da mesma pela negatividade e passividade devemos reconhecer outras formas de mobilizações e articulações políticas no âmbito da sociedade, assim faz-se necessário a análise do fazer *cotidiano* desses jovens, em oposição a um ator social idealizado e abstrato. Nesse sentido, acusações de despolitização e pontos de vista que apontam para novas formas de socializações e outros espaços políticos juvenis, devem considerar em qual contexto de produção esta discussão emerge e como se mantêm. Assim, poderemos contribuir para a construção de

um saber que faça sentido para a emancipação de grupos superando formas de legitimar hierarquias e opressões sociais.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, n.5 e 6, mai/dez., pp. 25-36

ABRAMO, H. & BRANCO, P. (Orgs). (2005). Retratos da juventude brasileira-análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp.263-290.

A Participação Social Juvenil: subjetividade, cultura, política e direitos. Núcleo de Extensão, ensino e pesquisa em Psicologia Política, UFMG. Claudia Mayorga Borges (Coord.). MEC/SESU/MINC06/2009.

BORELLI, S. H. S.; OLIVEIRA, R. C. A.; ROCHA, R. L. DE M.. (2008). Jovens urbanos: trajetórias partilhadas de pesquisa. Ponto e Vírgula. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais PUCSP, v. 4.

CARRANO, P. & LEÃO, G. (2009). Trajetórias e modos de vida de jovens de espaços populares. Anais do VIII Reunión de Antropología Del Mercosur. "Diversidad y Poder em América Latina. Buenos Aires, Argentina.

CASTRO, M. (2002). O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, R.; PORTO, M.; HENRIQUES, R. (Orgs.) (2002). Rio de Janeiro: ISER. Comunicações do Iser, ano 21 Edição especial, pp.63-89.

CASTRO, L. B. & CORREA, J. (2005). Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: Lucia Rabello de Castro e Jane Correa. Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Belo Horizonte: Editora NAU, pp. 9-26.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma L. "*A juventude no Brasil*". Mimeo.

FERNANDES, S. R. A. (2007). Adesão religiosa no segmento juvenil: apolitização ou reinvenção da política? Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 2, jul.-dez., p. 150-163, 2007.

IBASE/POLIS. (2005). Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas - relatório final – SILVA, Itamar (coord.) novembro de 2005. www.ibase.br e www.polis.org.br.

MATSUNANGA, P. S. (2004). Formações Identitárias de Jovens: Algumas Considerações sobre os Hip Hoppers Piracicabanos. Revista Psicologia Política-Sociedade Brasileira de Psicologia Política. São Paulo: SBPP, v. 04, n. 7, jan.-jun. 2004: 67-94.

MAYORGA, C.; NASCIMENTO, R. & BATISTA, C. B. Projeto Pesquisa-ação: Adolescente quem é você! A construção da identidade dos adolescentes do Aglomerado da Serra. Belo Horizonte, 2005. Mimeo.

MONTEIRO, M. (2004). “La participacion y El compromiso em El trabajo comunitário”. In: Introducción a la psicología comunitária-desenrrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, PP. 225-254.

MOUFFE, C. (1996). *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.

NOVAES, R. (2005). Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Orgs) Retratos da juventude brasileira- análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp.263-290.

PRADO, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 1(11), 59-71.

RODRIGUEZ, E.; CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; LIMA, F. & PINHEIRO, L. (2004). Políticas públicas de/para/com as juventudes. – Brasília: UNESCO

SAWAIA, B. B. (2003). Comunidade: Apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade.

TEJERINA, B. (2005). “Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: Los caminos de la utopia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, outubro de 2005: 67 – 97.